

CRUZANDO OLHARES: IMIGRANTES E REFUGIADOS NOS MOVIMENTOS DE OCUPAÇÃO EM SÃO PAULO

*Flávia Elaine da Silva Martins**

1 Introdução

Este texto tratará da dificuldade aumentada que imigrantes e refugiados vêm encontrando na sua busca por moradia. Consideraremos esta dificuldade tanto a partir das condições brasileiras recentes de acesso à habitação, olhando com maior vagar para metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo, quanto ampliando o olhar para as dificuldades de acesso à moradia que vêm se intensificando mundialmente, nas últimas décadas. Nosso percurso será longo, assim como a travessia daqueles sobre os quais falamos.

Essa dificuldade em encontrar moradia é um tema estrutural e de fundo em nossa sociedade, atingindo, há décadas, a quem chega às cidades brasileiras, seja vindo de outros estados ou de fora do país. Mas, alguns elementos novos precisam ser considerados.

O primeiro deles diz respeito às características das migrações na última década, e neste ponto queremos nos referenciar marcadamente na intensificação dos processos migratórios chamados sul-sul, localizando certa centralidade regional desempenhada pelo Brasil. O segundo diz respeito aos novos olhares e demandas incluídas nestes processos migratórios. Questões relativas à violência de gênero, às violações de direitos a partir de orientações afetivas e à intensificação da presença da criança nos processos migratórios devem ser consideradas no diálogo que travamos acerca da moradia. Em terceiro, precisamos caracterizar com precisão o que alguns autores vêm definindo como alienação da moradia.

Neste ponto, pretendemos apresentar em que medidas este grau de alienação vem se intensificando mundialmente, além de refletir localmente, a partir de pesquisas sobre as condições recentes desta alienação. Vale considerar que, nas metrópoles brasileiras, a alienação da moradia tem profundidades que encontram chão em uma sociedade colonial, com fortes traços de exploração e dominação assentados na violência contra a mulher e no racismo.

Por fim, neste painel, encontramos um campo de disputa que vem se configurando nas ocupações de prédios centrais, nas grandes cidades. Oriundas de movimentos por moradia anteriores, as ocupações vêm agregando em suas

* Professora Adjunta; Departamento de Geografia; Programa de Pós Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense

pautas as complexidades mencionadas acima, tornando-se um importante campo de atuação e reflexão de diversos grupos e de suas demandas sociais, muitas vezes encaminhadas em projetos coletivos que envolvem planos políticos, estéticos e afetivos.

Não sem dificuldade e contradição, os sujeitos migrantes, diante da dificuldade sistêmica para encontrar moradia, se somam aos movimentos de ocupação, encontrando aí a continuidade de lutas travadas nos seus países de origem, integrando-se a novos enfrentamentos.

Este encontro acaba por redefinir os sujeitos envolvidos, que revisitam sua origem, ao mesmo tempo em que passam a conhecer melhor aqueles que os acolhem. Este campo da sociabilidade, forjado no *quente* do cotidiano, pode redefinir as identidades dos sujeitos migrantes na metrópole, apontando caminhos a seguir e constituindo o devir.

2 Cruzando olhares: desvendando o Brasil nas migrações sul-sul contemporâneas

Abordando autores e dados sobre processos migratórios recentes que têm o Brasil como destino, começamos a compreender mudanças significativas nestas duas primeiras décadas do século XXI. Nosso objetivo aqui será o de localizar este novo contexto, buscando revelar que as distintas origens destes migrantes trazem consigo proximidades (além dos distanciamentos já presumidos) junto à sociedade na qual passam a viver. Este ponto é relevante se buscamos entender de que forma a presença destes sujeitos junto aos movimentos por moradia, como as ocupações, fortalece pautas já presentes, assim como pode apontar para novas frentes, enriquecendo o painel de caminhos a serem trilhados.

Desta forma, comecemos por buscar situar o Brasil em um novo contexto migratório, desempenhando um papel distinto de outrora. Lemos que

o Brasil, a exemplo de outros países que tradicionalmente não constituíam áreas de destino migratório, hoje recebe um número cada vez maior de pessoas oriundas de países como o Haiti, Bolívia e Congo, além de pedidos de refúgio de indivíduos que fogem de conflitos armados em países do Oriente Médio, África e Ásia. (BOGUS; FABIANO, 2015, p. 128).

Necessitamos aqui buscar alguns fatores que tenham contribuído para este reordenamento. Para Raúl Zibechi, (2012, p.348), em seu livro chamado “Brasil Potência”, a estratégia buscada pelo país, a partir de 2003, consistiu no desenvolvimento de *global players*, ou seja, na conformação de grupos econômicos capazes de fazerem frente a outros grupos no cenário mundial de acumulação.

Esta estratégia incluiria a formação de verdadeiros conglomerados, em alguns setores produtivos estratégicos para o Brasil, tendo em vista sua longa história de exportação de “matérias primas”, se assim podemos dizer. Estes setores estariam representados no agronegócio, na produção do álcool, petróleo, no setor de óleo e gás, na mineração, papel e celulose, infraestrutura, dentre outros.

Esta ação foi interpretada por muitos autores como um período de crescimento econômico e, de fato, este crescimento pôde ser lido a partir do aumento nas taxas de emprego e no consumo da classe trabalhadora, em parte provocado pela implementação de políticas distributivas.

Entre 2006 e 2008, vimos se formar uma crise econômica de amplitude mundial com epicentro nos EUA. Inúmeros fatores compõem este quadro, sendo um deles a crise das hipotecas e dos financiamentos chamados *subprime*. Mesmo diante deste quadro recente, em 2011, o governo federal brasileiro deu início à segunda fase do programa federal de habitação, chamado Minha Casa Minha Vida, injetando grande quantidade de recursos, como podemos compreender em artigo de Bruno Martins, (MARTINS, 2016, p. 86-107). O impacto desta ação provocou crescimento no setor da construção civil e foi complementada ainda pelo aumento de recursos destinados ao financiamento da habitação. Estes temas serão abordados mais à frente, mas o que queremos ressaltar é que o Brasil surge como possível destino, apresentando condições de inserção do trabalhador migrante, ao mesmo tempo em que destinos anteriormente escolhidos enfrentam fragilidade na economia.

O Brasil passa também a exercer certa centralidade regional, em um contexto Sul e latino americano, apresentando ainda alguns marcos regulatórios¹. Identificamos então não só a presença do Brasil como destino em um contexto mundial, mas ressaltamos as relações Sul-Sul. Segundo as autoras acima mencionadas, “ainda que os dados sejam reconhecidamente inferiores a movimentos migratórios que tenham os Estados Unidos como foco, por exemplo, foi possível se identificar certa importância regional nos fluxos migratórios” (BOGUS; FABIANO, 2015. p 130).

É necessário ainda revelar que o crescimento econômico pautado na formação de conglomerados precipita o aumento de postos de trabalho, mas devemos considerar as condições de exploração deste trabalhador e, para tanto, devemos nos voltar ao que sabemos sobre o grau de exploração presente em determinados setores. Construção civil e agronegócio, por exemplo, vêm apresentando incidência de denúncia de trabalho escravo, juntamente com outros, como o setor têxtil².

Os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes vão sendo desvendados à medida em que nos aproximamos dos relatórios do Observatório de Imigrações Internacionais-OBMIGRA, do Ministério do Trabalho, que lidam com dados gerados a partir do emprego formal do imigrante, dados colhidos a partir da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, além de dados da Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Nestes relatórios encontramos maiores salários atribuídos aos homens, maior quantidade de emprego para homens, ainda que o relatório de 2017 tenha focado a presença da mulher imigrante nos postos de trabalho. O que nos chama atenção está relacionado com as atividades e ocupações que mais empregam imigrantes. Algumas delas revelam que esta política de formação de *global players*, mencionada acima, produziu parte dos postos de trabalho específicos.

Encontramos, como principais atividades, a construção de edifícios, restaurantes e similares, abate de aves, lanchonetes, hotéis, comércio varejista, limpeza em prédios e frigoríficos, abate de suínos, confecção de peças de vestuário, o cultivo de maçã. Como principais ocupações encontramos o servente de obra, o alimentador de linha de produção, o faxineiro, o cozinheiro geral, pedreiro, abatedor, magarefe, auxiliar nos serviços de alimentação, vendedor de comércio varejista, repositor de mercadorias, dentre outros. Estas ocupações e atividades nos revelam a presença do trabalhador na cadeia produtiva necessária e estruturada pelos conglomerados.

É interessante notar que os principais estados com maior presença destes trabalhadores são aqueles que reconhecemos regionalmente como pertencentes à presença do agronegócio, especialmente estados localizados na rota de produção de aves. Além do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aparecem São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais com números maiores que outros estados. Apenas para revelarmos as origens, os principais países que apareceram quando realizada a análise de admissão e demissão foram República do Haiti, Argentina, Paraguai, Senegal, Bolívia, Portugal, Uruguai, Peru, Colômbia, China, dentre outros³.

Por fim, este papel desempenhado pelo Brasil provocou um aumento da chegada dos imigrantes, mas devemos levar em conta que, a partir de 2014, esta curva ascendente passa por alterações. Os relatórios mencionados indicam aumento das demissões, apontando um saldo negativo entre o número de contratados e demitidos. Desta forma, além da exploração do trabalhador quando o mesmo está empregado, os imigrantes passam a enfrentar o aumento do desemprego.

A partir da compreensão do papel recente do Brasil como foco da atenção dos movimentos migratórios, e buscando revelar a qualidade da inserção destes trabalhadores, passamos agora a compreender novos elementos que qualifiquem os sujeitos destes processos e suas demandas.

Do ponto de vista estrito dos refugiados, encontramos na apresentação do Dossiê Refugiados da Revista Travessia, a análise e comparação entre as temáticas presentes na edição 37, no ano de 2000 e as temáticas que surgem no contexto da edição 2016. Apontando tanto para a multiplicação do número de refugiados quanto para o surgimento de novas questões, e a articulação destas com questões arraigadas, o autor chama a atenção para o fato de que a

abordagem sobre refúgio e *desplazamiento* hoje ficaria com graves lacunas se não apontar para a violência de gênero; os conflitos e violações de direitos devido à

orientação sexual; o manejo predatório de recursos naturais e as mudanças climáticas (...) o drama de crianças migrantes forçadas e refugiadas, muitas delas separadas dos pais (...) (PEREIRA, 2016, p.3).

Novos conteúdos e o acrescentamento nos movimentos Sul-Sul devem ser aqui considerados. Em uma sociedade forjada em processos de conquista territorial e migração forçada, amplamente apoiados na dominação étnica e racial, com projetos migratórios encampados por empresas de colonização que tiveram por objetivo, dentre outros, a promoção do “branqueamento” do trabalhador livre, elaborar constante revisão acerca das lutas sociais que permeiam os processos migratórios é de fundamental importância. Na medida em que o acrescentamento da relação Sul-Sul se dá, distintos contextos existentes nas origens destes imigrantes são encontrados aqui no Brasil, ou seja, lutas sociais que estavam presentes nos seus países de origem estão presentes aqui também.

Trabalhamos então com uma hipótese: O crescimento dos processos migratórios, de forma distinta do que presenciamos em meados do século XIX, as migrações Sul-Sul acabam por colocar em contato sujeitos que reconhecem processos históricos e sociais parecidos entre os dois pontos do seu caminho. Tendo em vista ainda que o contexto desta migração atual não é um contexto de promoção de branqueamento da sociedade, e que questões que motivam a saída dos seus lugares de origem são questões presentes na sociedade em que chegam, existe um campo de possibilidades de encontro e continuidade das lutas sociais.

E certamente, a luta por moradia é um dos campos em que esses encontros podem acontecer. Ao cruzarmos esses olhares, ganhamos importantes elementos de compreensão da sociedade que se forja à nossa frente, nas metrópoles. Inúmeros fatores surgem quando olhamos para a crise sistêmica da habitação brasileira e as demandas sociais por moradia.

Na história das nossas metrópoles, forjou-se, ao mesmo tempo, a presença da população negra escravizada e a dificuldade da mesma em acessar as terras urbanas, que passaram a ser a fonte de renda, da renda que antes se obtinha com o trabalho escravo. De forma análoga, a Lei de Terras provocou o cativo de terras no campo, diante da presença do trabalhador livre e da libertação dos escravizados⁴. Trabalhadores livres chegados às cidades tampouco conseguiram resolver seus dilemas de moradia. A presença dos cortiços junto às áreas industriais urbanas nos remete a isso.

A consequente periferização dos trabalhadores, já a partir das décadas de 30 e 40, para o caso de São Paulo, com as linhas de ônibus, vai posicionando os trabalhadores, muitos migrantes, bem longe da “cidade”. Muitos movimentos sociais por moradia nascem na periferia e passam, nas últimas décadas, a disputar por centro e centralidade. Muitos destes movimentos foram construídos por mulheres, conhecedoras da violência de gênero que permeia a exploração.

Nossos movimentos por moradia, portanto, têm estas camadas em sua textura e vão tendo suas cores reativadas com a chegada de sujeitos que partiram de suas casas, com a chegada de quem enfrentou problemas parecidos, em contextos muito distintos. Esta troca não pode ser apagada, mas há muito que se compreender. É um desafio.

3 Mundialização financeira, precarização do trabalho e cercamentos

Antes de retornarmos ao ponto que nos instiga, precisamos notar que existem outros níveis para se compreender a crescente dificuldade em se obter moradia. Não só este tema perpassa mundialmente as sociedades, como vem ganhando intensidade. Entretanto, é necessário desvendarmos em qual contexto mundial a habitação, em sociedades tão distintas, passa a ter seu sentido mais localizado nos valores de troca do que nos seus valores de uso, constituindo o que mais à frente chamaremos de *comodificação* da moradia. Para tanto, elencamos alguns aspectos que podem ser relevantes.

O contexto mundial que vem promovendo um reordenamento dos movimentos migratórios é um contexto de crescente desigualdade, em certa medida provocada por concentração de renda em circuitos de investidores financeiros e empresas transnacionais e pelo rebaixamento das condições de trabalho, de forma associada à espoliação que gira em torno dos cercamentos do comum⁵. Este conjunto de ações favorece aos ritmos de remuneração do capital investido em circuitos de valorização produtiva e financeira, ao mesmo tempo em que gera condições de pobreza das quais muitos precisam escapar.

As crises oriundas dos ciclos de acumulação vêm sendo “resolvidas”, em cada época, a partir de estratégias específicas. Os períodos pós-guerras, articulando produção e consumo em massa, além da estruturação do estado de bem-estar social em algumas sociedades, chegou à década de 1970 em crise. Financeirização, precarização e cercamento parecem ter sido elementos importantes na recondução dos ritmos de acumulação.

É com François Chesnais (2005) que podemos apresentar aqui a estruturação do que o autor denominou mundialização financeira. Para o autor, a compreensão do mundo contemporâneo passa por identificar o capital financeiro no centro das relações econômicas e sociais, com a forte presença de grupos industriais transnacionais. O autor menciona a década de 1980 como um momento de ressurgimento de ativos financeiros, além do acesso de grupos industriais inteiros, incluindo de serviços e telecomunicações, e da bolsa de valores.

Resgatando a estruturação da financeirização nos Estados Unidos, país central neste processo, o autor menciona a década de 1950 como momento de certo recuo da crise gerada pelo *crash* de 1929, a partir do investimento da classe média americana em poupança e seguro, gerando concentração e centralização

de capitais. Processo confirmado a partir do pagamento obrigatório dos salários por mediação de instituição bancária, na década de 1960.

O regime de câmbio flexível após a derrocada de Bretton Woods, em 1973, acaba por desencadear a desregulamentação, ou seja, a abertura interna e externa dos sistemas nacionais, antes fechados e compartimentados, conduzindo à emergência do espaço financeiro mundial, que não chega a suprimir os sistemas financeiros nacionais. O autor aponta, portanto, três elementos constitutivos: a desregulamentação, como já dito, definida pela liberalização monetária e financeira; a descompartimentalização dos mercados nacionais, com abertura a investidores estrangeiros, e a desintermediação, marcada pela abertura das operações de empréstimos antes reservadas aos bancos a todo o tipo de investidor institucional.

Esta integração é incompleta e imperfeita e vem definindo ritmos de exploração do trabalhador e consequente pobreza, cada vez mais intensos. Se o movimento para a circulação do capital financeiro encontra cada vez menos barreiras e fronteiras, os sujeitos empobrecidos encontram cada vez maior dificuldade para o rompimento das mesmas. E mesmo que as primeiras barreiras sejam vencidas, com a migração, a moradia se apresenta como uma barreira posterior.

De forma concomitante, antigas estruturas de contratação de força de trabalho vão se readequando. É com David Harvey que teremos acesso a alguns painéis que apresentam estas mudanças. Reativações na relação entre dominação e exploração se apresentam. Contratações precárias, regimes temporários, acionamento de antigas hierarquias como componentes da exploração do trabalho, tais como as relações de gênero e familiares, por exemplo, retomam seus lugares na estrutura produtiva, com tendência à predominância, (HERVEY, 2013). É bem verdade que a precarização nunca chegou a desaparecer, e esta é uma observação importante se não quisermos generalizar demais complexos processos espalhados pelo mundo, cometendo erros graves.

Não só a intensificação da exploração do trabalhador vem se reapresentando diante de um mundo financeirizado, mas também atualizações nos processos de cercamento, com consequente vulnerabilização de famílias e comunidades, especialmente para as mulheres, cuja reprodução da vida esteve e está ligada aos bens comuns, que passam a ser tratados como mercadorias e circulam como valiosos campos de investimento⁶.

Diante deste contexto, a habitação, mesmo em países que chegaram a desenvolver programas sociais abrangentes, como foi o caso da Inglaterra, passa a ser um (velho) novo campo para a acumulação, dado o grau de centralidade que tem na reprodução da vida dos trabalhadores e da sociedade como um todo, como uma mercadoria imprescindível, e que nestes novos tempos deverá ser comercializada e consumida com a mediação dos circuitos financeiros. Dívida e moradia caminham cada vez mais aproximados. Com este olhar, buscaremos entender um pouco mais este processo.

4 O contexto de *commodification* da moradia ao redor do mundo

Precisamos aqui ressaltar a forma pela qual a moradia vem sendo cada vez mais realizada como uma mercadoria. O contexto acima apontado nos revela que os três elementos - a mundialização financeira, com conseqüente busca de investimentos financeiros pelo espaço urbano, como uma saída contraditória para crises de valorização; a intensificação das relações de dominação e exploração dos sujeitos e trabalhadores e a prática dos cercamentos, renovada e reiterada – em sua associação, acabam por colocar a questão da moradia em sua centralidade nos embates políticos e econômicos atuais.

Entretanto, precisaremos nos concentrar para perceber que existem condições gerais deste processo sendo reveladas mundialmente, ao mesmo tempo em que condições particulares devem ser destacadas. Nosso objetivo com isso é apresentar a profundidade da chamada questão da moradia, uma vez que desejamos apresentar os movimentos de ocupação em sua amplitude.

Em termos gerais, algumas pesquisas vêm apresentando a intensidade pela qual a expulsão, o despejo, as desapropriações, vêm ocorrendo mundialmente. Um estudo de Miloon Kothari traz dados acerca das expulsões, ressaltando o elevado número alcançado em países como a China. Cerca de 45 milhões de pessoas nos últimos 50 anos. Para ele, as expulsões vêm ocorrendo por diferentes razões.

Elas vêm ganhando espaço, ao redor do mundo, tanto em estados democráticos quanto autoritários. Muitos são os chamados despejos baseados no desenvolvimento, que incluem aqueles planejados ou conduzidos sob o pretexto de servir ao bem público, e medidas de aquisição de terras associadas à renovação urbana, renovação de habitação, embelezamento da cidade e outros programas de uso da terra. As expulsões também estão em ascensão devido à relutância dos estados em controlar a especulação na habitação e na propriedade (...) (KOTHARI, 2015, p.:06 [tradução livre da autora]).

Peter Marcuse e David Madden (2016) apontam a crise global na moradia. Para que esta afirmação não padeça de imprecisão, estes autores associam dados e estrutura argumentativa nos revelando a amplitude desta dificuldade, a de morar, apontando ou recorrendo à farta bibliografia que ilumina clivagens que intensificam a dificuldade em morar ou de permanecer nos lugares onde se mora, sendo estas clivagens estruturadas em questões raciais, de gênero e geracionais.

Falar em *comodificação* da moradia significa aproximar a reflexão que fazemos acerca da mercadoria, trazida por Karl Marx (2014), para a moradia. Para os autores mencionados acima, este seria um termo para o processo geral

pelo qual o valor econômico (valor de troca) de algo supera o seu uso, o seu valor de uso. Produtos se tornam mercadoria unicamente a partir de sua dupla natureza, pois portam, ao mesmo tempo, a dimensão do uso e a possibilidade da valorização. Na *comodificação* da moradia, a função desta para o mercado imobiliário passa a preceder e predominar por sobre o seu usufruto como um lugar para viver.

Quando isso acontece, o papel da moradia como investimento supera todas as outras reivindicações, se elas forem baseadas em direitos, necessidades, tradição, precedentes legais, hábitos culturais, ou o significado ético e afetivo da morada (MADDEN; MARCUSE, 2016, p. 17).

Mesmo em contextos distintos e com formações particulares, a produção do espaço urbano (e da moradia) parece assumir papel cada vez mais central como setor de valorização da produção capitalista. Engendrando valorização do valor, em termos absolutos, por meio da construção civil, e com valorização fictícia nos circuitos especulativos financeiros, a produção da moradia nas cidades deixa de ser um campo derivado de outros campos mais centrais da produção capitalista e passa à frente, demandando elucidação. Elucidação dos termos contemporâneos de produção e reprodução capitalistas e também de elucidação dos enfrentamentos sociais, pois tratamos aqui não só de uma disputa por habitação, vista como habitat, mas uma disputa pela centralidade na construção dos sentidos e dos ritmos pertencentes ao espaço social urbano.

Além de refletir contemporaneamente sobre esta questão, é necessário que revelemos todos os circuitos por onde esta mercadoria passa na atualidade, centrando o olhar nos circuitos financeiros e fictícios, na presença aumentada de fundos imobiliários ou fundos que investem em moradia, na aplicação financeira em carteiras de investimento que acabam por derivar em projetos urbanos, e até mesmo reiterados processos de lavagem de dinheiro que encontram respaldo neste setor.

Esta *comodificação* é concomitante ao que definimos aqui como alienação da moradia. Entendida como estranhamento e distanciamento, os termos da alienação da moradia vão surgindo como possíveis, como exercício de alargamento da noção de alienação em Marx (2014). Para caracterizá-los, remetemos à insegurança e progressivo distanciamento provocado entre os sujeitos e sua relação com a moradia. O medo da expulsão, os deslocamentos reiterados pelo urbano e o desenraizamento são apenas alguns dos elementos que vão se combinando na experiência do morar nas cidades e metrópoles ao redor do mundo. Experimentada de maneiras diversas, a alienação residencial pode ser considerada na atualidade como um dos focos de tensão e enfrentamento social.

Apesar deste processo se realizar de forma cada vez mais ampliada mundialmente, é necessário diferenciarmos contextos de liberalização de políticas habitacionais, produzidas por estados de bem-estar social, de contextos de sociedades rentistas e coloniais, que apresentam há séculos o impedimento crônico de acesso à moradia, como o caso das cidades brasileiras, cujos moradores e trabalhadores vêm resolvendo esta crise ao longo das últimas décadas a partir da autoconstrução e consequente produção intensa das periferias urbanas.

Para que possamos falar da alienação da moradia, precisaremos discernir ainda uma escala de situações que envolvem desde expulsões violentas, aumento da população em situação de rua, até a presença de endividamentos silenciosos e dos consequentes despejos. Níveis e dimensões dessa alienação devem ser levados até à promoção imobiliária que produz condomínios e conjuntos de prédios marcados pelo esvaziamento de suas unidades.

Em pesquisa realizada sobre o endividamento nas metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro (MARTINS, 2011)⁷, foi possível identificar que, quase na totalidade, os imóveis que iam a leilão por falta de pagamento de prestações estavam ocupados. Esta pesquisa partiu da identificação de um contexto jurídico favorável à retomada dos bens imóveis financiados em caso de inadimplência. A partir da chamada Lei de alienação fiduciária de bens imóveis, de 1997, houve um quadro de diminuição de riscos aos investidores e consequente aumento da oferta de crédito para financiamento dos imóveis. A partir desta lei, posse e propriedade se reúnem somente ao final do endividamento, ou seja, enquanto o imóvel não for quitado, pertence à instituição financiadora.

Desta forma, em caso de não pagamento, se torna muito mais ágil a retomada dos imóveis. Com isso, os leilões de imóveis se tornaram uma importante fonte de pesquisa para reconhecermos a presença crescente dos despejos ou reintegrações de posse que vêm ocorrendo na última década. Conforme apontado, a maioria dos imóveis leiloados estavam ocupados, evidenciando a disputa e conflitos por moradia.

Ao mesmo tempo em que esta ampliação do crédito imobiliário em regime de alienação fiduciária aumenta, identificamos o aumento das escalas de produção e de atuação das incorporadoras, produzindo moradias por toda a metrópole. A abertura de capitais na Bolsa de Valores, promovida pelas incorporadoras, conectou os níveis de produtividade deste setor aos de outros setores provocando superprodução dos produtos imobiliários, mercadorias, portanto.

Um dos impactos deste incremento de crédito para a compra dos imóveis e deste *boom* imobiliário foi o aumento dos preços dos imóveis (e consequentemente dos aluguéis), uma vez que a composição do preço leva em conta a capacidade de endividamento da sociedade. A dificuldade no pagamento dos financiamentos foi pressuposta na pesquisa, na medida em que a dívida era certa e constante, de longo prazo, mas os níveis de emprego estavam situados

em um contexto de precarização. A partir de 2014 este contexto se revelou real e se confirmou pelo aumento da inadimplência e dos imóveis leiloados no regime de alienação fiduciária.

O avanço da produção imobiliária e o aumento dos preços praticados vêm expulsando e dificultando o acesso de muitos trabalhadores a qualquer tipo de moradia, seja com contratos legais ou precários. São comuns os dados que revelam o aumento de população em situação de rua, em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos últimos três anos. Entretanto, esta questão não deve ser tratada como circunstancial, como uma crise em um único país.

Moradores em situação de rua não são um detalhe atípico da vida urbana – é o maior segmento do sistema de habitação. Enquanto no passado eram predominantemente homens solteiros, na atualidade é um fenômeno familiar. Famílias compõem quase oitenta por cento da população no sistema de abrigo de Nova York. Ano passado, apenas em Nova York, 42.000 crianças estiveram sem casa por pelo menos uma noite (MADDEN, MARCUSE, 2016, p..69).

Também não deve ser tratado acidentalmente o endividamento familiar, como foi no caso de expulsão em massa de moradores dos Estados Unidos, endividados, na crise do *subprime* de 2008. Em suas múltiplas faces e formas, o endividamento costuma ser compreendido muito mais como um drama familiar ou individual, além de circunstancial, sendo com isso pouco abordado como um elemento revelador dos aspectos econômicos, sociais e políticos da produção do espaço urbano, além de poder revelar que o endividamento imobiliário é uma condição estrutural do trabalhador na nossa sociedade.

O autor Alan Walks (2013) aponta que a particularidade do endividamento com a casa deve ser tratada em escalas múltiplas, de forma associada a distintas variáveis econômicas e sociais, para que se ilumine as condições mais gerais destes endividamentos, apontando ainda para movimentos gerais metropolitanos. Usando dados do Canadá, o autor aponta a proximidade que estes têm das cidades anglo-americanas. De forma muito parecida ainda, e com um recorte temporal semelhante, uma análise é feita na Espanha, entre os anos de 1997 e 2007, revelando o aumento significativo de contratação de crédito para a compra da casa, além da identificação do aumento significativo dos despejos. Por fim, afirma que muito pouco é entendido sobre como os níveis de endividamento das famílias são distribuídos espacialmente dentro ou entre cidades, e como a dívida privada é representada na geografia de raça, classe, habitação, forma urbana e outras variáveis sociais.

Como vimos, enquanto os motores propulsores destas expulsões, em vários matizes, intensificam suas atividades, as soluções se restringem às medidas isoladas, apontando problemas de ordem técnica ou tecnocrática. A moradia

é tomada como questão de especialistas, quando o fundo é de outra ordem. Uma atualização possível do pensamento de Engels seria o de que a questão da moradia não é derivada de outras questões maiores, mas acabou por passar ao primeiro plano como um eixo de enfrentamento de planos muito mais gerais e profundos da nossa sociedade. Desta forma, sujeitos sociais que lutam por moradia na atualidade reforçam o quanto este embate não é só econômico, derivado de outros conflitos mais gerais. É exercício de um direito mais amplo (MADDEN, MARCUSE, 2016, p. 9).

Vamos tomando ciência sobre como a crise do morar - tomado aqui como um eixo mais central, não só da reprodução do trabalhador, mas da vida - vem sendo ampliada enormemente nas nossas sociedades urbanas, uma vez que as disputas entre valores intrínsecos e contraditórios que o compõem vêm se tornando mais presentes, mesmo em sociedades muito distintas. Na medida em que a produção do espaço da habitação e do urbano se torna momento ativo na reprodução crítica capitalista, como nos aponta David Harvey (1990) em *Limites do Capital*, os conflitos entre os distintos valores, uso e troca, vão se mostrando, e mostrando com isso estruturas críticas por traz das opções econômicas e políticas que vêm definindo o campo da habitação. Basta lembrar como o Programa Minha Casa Minha Vida acabou por periferizar muitas moradias, e em determinados casos, foi responsável pelo socorro às incorporadoras, além de provocar o endividamento de famílias que agora não podem pagar.

Intensificando estes argumentos, a mundialização de estruturas financeiras e sua preponderância por sobre o capitalismo industrial agudizaram as já difíceis questões da habitação. Resulta daí que o urbano e com ele a habitação, não podem mais ser consideradas questões secundárias. O que nos remete à disputas acirradas e desiguais e a campos de conquistas mais amplos também.

5 A sociabilidade da vida cotidiana: repetição e diferença

A chegada em um país diferente apresenta um conjunto de desafios às famílias, crianças, sujeitos que precisam reconstruir uma nova rede de ligações, novas estruturas de sociabilidade, prosseguirem nas suas trajetórias, cujos rumos foram alterados radicalmente. Esta chegada deve sempre ser compreendida nos contextos sociais, econômicos e políticos nos quais é engendrada. Há vários eixos de compreensão possível sobre esta nova inserção, dados que podem revelar um aspecto ou outro, o emprego, salário, a inserção religiosa, mas neste artigo, nosso olhar se volta à reestruturação dos campos da sociabilidade nos planos da vida cotidiana, marcadamente a partir da moradia.

A vida cotidiana é abordada aqui como o campo do tudo e do nada, da vida e da morte, mas de tal forma estruturada em eixos lineares repetitivos e fragmentos soltos, que parece se resumir em uma sucessão de espaços-tempos não significativos. Esta aparente insignificância da vida cotidiana é superada

aqui a partir da consideração deste plano como um potente momento de desvendamento sobre as lutas sociais radicais e muitas vezes silenciosas, que vão se imprimindo na vida de quem pouco tem, mas muito deseja.

Mergulhar no plano do cotidiano, que nos envolve a todos, também é uma forma de conhecer o outro e com isso a nós mesmo, em um campo comum de ações. Refletindo o contexto do sujeito migrante, adotamos os mencionados quatro passos em direção à diferença, resgatados de Todorov por Stavros Stavrides (2016).

“O início, quando se produz o primeiro passo em direção à pessoa diferente, tenderá necessariamente ao distanciamento entre um mesmo e a sociedade e o eu. Segundo Todorov, (Todorov apud, STAVRIDES, 2016), isto é o que motiva a partida. Não pode haver movimento sem que antes se produza este sentimento de distanciamento. O segundo passo se refere à primeira aproximação em direção a outra sociedade. Uma pessoa se submerge nela com a intenção de entender, de comunicar-se. Entretanto, vai carregada com suas próprias formas de atuar e de pensar, suas próprias categorias de conceitos. Recorrerá a elas em primeiro lugar, posto que são as únicas das quais essa pessoa dispõe. O terceiro passo é o momento de retorno ao lugar de origem. Incluindo se este retorno for somente mental. Entretanto, este retorno inaugura o processo de um segundo distanciamento. O observador emigrante contempla sua sociedade – e a identidade que esta lhe outorga – através de olhos distintos, quase os olhos de um estranho. É possível que, se consegue não sucumbir à esquizofrenia que pode chegar a provocar semelhante experiência, seu novo lugar de destino lhe oferece a oportunidade de uma conciliação entre os aspectos, aparentemente incompatíveis, de sua própria experiência e as conceptualizações sobre os outros. Por último, o quarto passo supõe uma aproximação nova à alteridade que se enriquece, poderíamos dizer, com a evolução da primeira visita, através da qual os outros não são nem um desvio dos valores ecumênicos que supostamente representa sua cultura, nem são um modelo exótico de um novo conjunto de valores. Então, sem perder de vista o horizonte do universalismo (ou seja, o horizonte que considera a comunicação e o encontro prévio como algo necessário e legítimo, mas também factível), esta pessoa poderá estudar tanto a sociedade dos outros como a sua própria e estabelecer comparações. Todorov conclui: conhecer aos outros não é só uma possível via em direção ao autoconhecimento: é a única (Todorov apud, STAVRIDES, . 2016)⁸.

A prosa do mundo, como nos diria um autor que muito se concentrou para revelar este campo de compreensão e de luta social⁹, contém intensidades e vértices que se atenuam nos ruídos e silêncios do dia a dia, e com isso, por vezes nos parece uma banalidade incapaz de nos fazer refletir sobre as mudanças radicais que vem se encaminhando na sociedade. Mas é deste plano que as mudanças podem emergir.

Sociabilidade e cotidiano ganham potência reveladora sobre uma sociedade em mudança. Esta sociedade em mudança é refletida nos movimentos migratórios, que espelham tanto processos globais de violência política, econômica, de gênero, étnico-raciais quanto o desejo de mudança. Estes movimentos migratórios acabam por ter continuidade de lutas entre os países de onde saem e as metrópoles em que chegam. Nosso recurso de análise, quando se aproxima dos enfrentamentos mais ou menos sutis, acaba por captar demandas que se inter cruzam. O campo da sociabilidade, então, constituído na vida cotidiana, é revelador para quem o estuda, é potente para quem nele luta.

Do ponto de vista das epistemologias, das teorias e práticas que constituem nossos processos de conhecimento, o estudo do cotidiano fragiliza também pensamento e prática que não se refazem em campos científicos isolados da vida. Teorias universalizantes ou situadas em sociedades cujo conhecimento se estrutura exatamente a partir do domínio do outro, domínio do diferente, ciências coloniais, portanto, tendem a perder força quando postas à prova no entrecruzamento da vida cotidiana. Em sociedades como a nossa, cujos projetos de modernização capitalista são contraditórios, o plano da vida cotidiana se faz pertinente à compreensão, pois este plano traz à tona, de forma ambígua, a reprodução de estruturas de dominação e crítica destas mesmas. Trajetórias, sonhos, dimensões que revelam novos caminhos a serem trilhados.¹⁰

Entretanto, para os muitos dos imigrantes recém-chegados no Brasil, mais do que para quaisquer outros sujeitos, a vida cotidiana, momento revelador de sua integração social, não é um plano assegurado ou garantido. Estes grupos necessitam reconstruir este plano aparentemente banal, se encontrando em pleno movimento, e porque não dizer, em uma fronteira de inserção. Desta forma, reconstituir a banalidade do cotidiano é um ato preñado de sentido estratégico para aqueles que lutam em um novo lugar. Na aparente banalidade do cotidiano, a construção das trajetórias, a reconstituição de lutas já batalhadas em outros territórios é possível. Exatamente por isso, este cotidiano, na medida em que se constitui campo de análise, é potente em revelar os enfrentamentos contemporâneos da sociedade, das distintas sociedades que se entrecruzam na vida destes sujeitos. As questões apresentadas revelam lutas sociais pertinentes mundialmente.

Para tanto, e evitando o risco de não conseguirmos caminhar neste texto, tão grande pode ser sua amplitude, a proposta foi centrar foco na moradia, elemento central do cotidiano e que durante muito tempo foi tratado como campo reprodutivo, subordinado ao produtivo. A disputa por moradia, compreendendo o estágio em que a mesma se encontra nas metrópoles de chegada e as condições já reconhecidas pelos imigrantes, nos leva a olhar para as Ocupações.

6 Ocupações: encontros, demandas, sentidos

As lutas por moradia representadas nas ocupações de prédios urbanos são compreendidas aqui como uma ação dentro do campo da luta por direito à cidade, uma noção mais ampliada de direito à cidade, direito de ser centro e possuir centralidade na definição dos sentidos e rumos da produção do espaço urbano. A partir de diálogos e visitas em Ocupações Centrais em São Paulo, feitas no ano de 2015, reflexões emergiram deste contato, anunciando múltiplos projetos de cidade. A presença significativa de mulheres na luta, a multiplicidade geracional, a não centralidade no tempo constrangido do trabalho alienado na vida dos moradores, são pistas que anunciam a necessidade de se reconhecer a complexidade do pensar e agir destes sujeitos produtores do espaço. Na medida em que esta reflexão nos levou a procurar pela presença de imigrantes e refugiados nestas ocupações, outros elementos foram se somando.

Antes de tudo, é necessário resgatar toda a dificuldade que sujeitos e famílias têm encontrado para morarem nas metrópoles em que chegam, especialmente, em São Paulo.

Já sabemos que os preços altos, as reformas urbanas com criação de bolsões de riqueza, as desapropriações, o aumento do “custo de vida” para quem mora em uma periferia muito distante dos postos de trabalho, apoiado no alto custo do transporte, o desemprego e os baixos salários diante de uma mercadoria rara e cara como a moradia são os elementos formadores do contexto urbano com o qual os imigrantes e refugiados se deparam quando chegam. Para eles todas as questões já apresentadas aqui se multiplicam.

A demora em se obter documentos, a dificuldade com a língua, a dificuldade da compreensão de processos burocráticos, são complicadores que colocam muitos em situação frágil. A necessidade do pagamento de seguro ou da existência de fiador, no caso do aluguel, levam muitos deles a procurarem contratos sem mediação de documentos. Se isto pode parecer ser um facilitador, a princípio, pode colocar muitos em uma situação de maior exploração dos preços, e até mesmo em risco de violência. Ressaltamos que a clivagem da dominação entra em ação junto à da exploração, pois nestas negociações são reativadas questões de gênero, raça, dentre outras.

Quando muitos dos imigrantes e refugiados chegam às ocupações, estas questões não são completamente sanadas. A quantidade e a diversidade de ocupações, só em São Paulo, remetem a inúmeros movimentos e entidades. Longe de desconsiderar as contradições que estão presentes nestes movimentos, o que queremos aqui é ressaltar que, a partir de pesquisa sobre pautas e demandas explícitas de algumas das ocupações, especialmente a partir de divulgação das mesmas em redes sociais, conseguimos identificar eixos de enfrentamento e luta que parecem abarcar questões postas desde a partida de muitos destes sujeitos migrantes.

Em primeiro lugar, a pauta é moradia. Sujeitos envolvidos nas ocupações vêm trilhando uma série de caminhos para evidenciar a dificuldade sistêmica dos trabalhadores em conseguirem moradia. As estratégias criadas por eles, a sabedoria de tratar de questões estruturais e conjunturais ao mesmo tempo são um campo de aprendizagem para quem chega.

A produção da comum parte desde a distribuição de tarefas, que vai construindo campos de diálogos, conflitos e conquistas nas ocupações. Trabalhos coletivos cotidianos transformam espaços a partir de escalas de tarefas para limpeza, segurança e manutenção de áreas comuns, criando hortas, bibliotecas, pequenos centros culturais. Este cotidiano engendra a produção de festas, que reúnem quem está dentro e fora da ocupação, festa por vezes celebrada em mais de uma língua.

O encontro com o outro, em algumas das ocupações, tem gerado atividades políticas e culturais desenvolvidas com objetivo de reconhecimento das profissões dos imigrantes e refugiados. Em especial no último caso, por vezes, advogados, jornalistas, enfrentam perseguição política nos seus países de origem e quando chegam ao Brasil não encontram postos de trabalho equivalentes, sofrendo preconceito. Nestas atividades, alguns refugiados têm oportunidade de se dirigir ao outro a partir de seu conhecimento, passando a ser constituir em um processo de valorização da sua profissão, da sua trajetória. Além disso, podem apresentar distintas realidades e conseqüentes violências sofridas nos locais de origem, criando um contraponto ao que eles próprios denominam como um silêncio da mídia e da comunidade internacional em relação à situação vivida nos seus países.

Estas atividades mencionadas, encontradas em várias programações das redes sociais consultadas, promovem o diálogo entre quem está no movimento e quem vem de fora, com a apresentação das origens de cada um, da situação política dos países de origem dos refugiados, dos conflitos. Em nossas pesquisas encontramos o GRIST, por exemplo, sigla originada a partir do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto, que participam em ocupações do Movimento Sem Teto do Centro, integrante da Frente da Luta pela Moradia. Em um dos sites do grupo, encontramos que o mesmo foi criado em 2014, momento de importante chegada de muitos imigrantes e refugiados. Lendo matérias relacionadas ao grupo e acessando as redes sociais encontramos as programações e atividades mencionadas acima. Como já dissemos, outras instituições promovem algo similar há mais tempo, mas nosso objetivo aqui, entretanto, é ressaltar que a dificuldade da moradia acabou por promover novas pautas¹¹.

Devemos dar especial atenção ao fato de que existe uma gama muito complexa de sujeitos relacionados aos movimentos de Ocupação. Tendo em vista que muitas das questões de moradia estão envolvidas com o empobrecimento causado pela obsolescência que a sociedade industrial relega aos idosos, aos portadores de dificuldades de locomoção, às mulheres com crianças, as demandas

oriundas de cada uma dessas inserções se revelam nas pautas das ocupações, ganhando novos elementos com a presença de refugiados e imigrantes.

As ocupações rompem ainda barreiras intransponíveis para quem não tem dinheiro ou documentos permanentes. As ocupações têm acolhido imigrantes e refugiados que não podem, por exemplo, arranjar um fiador. É necessário ressaltar que, dentro desta complexidade, também há espaço para outras redes, que acabam cobrando pela moradia de forma oportunista, e sem projeto algum.

As ocupações não são um fim em si, nem para os movimentos nem para os imigrantes e refugiados. Constituem um momento da luta, uma forma de chamar a atenção para a *comodificação* e consequente alienação da moradia. Ao mesmo tempo, são formas mais ágeis de tirar famílias inteiras da rua. Falamos de uma reforma urbana¹² feita apesar e para além do Estado, uma crítica em ato das formas violentas de atuação do mesmo. Enquanto promovem estas ações, constituem ao mesmo tempo campos de diálogo, de compreensão.

Nossas pesquisas nos mostraram ainda o quanto o fazer política, nas ocupações, leva em conta a estética da política, reforçando elementos que se originam a partir do encontro de diferentes. É importante que esta litura não seja compreendida como uma *romantização* das ocupações. Quem ali luta, luta na fronteira. Reintegrações de posse, criminalização dos movimentos e dos sujeitos, tudo isso permeia aquilo que relatamos. Entretanto, na intensa barreira que a moradia perfaz à frente dos sujeitos migrantes, este é um caminho possível.

7 Considerações finais

Partindo de um olhar possível para os movimentos de ocupação de Prédios centrais em São Paulo e reconhecendo a presença dos imigrantes e refugiados junto a estes movimentos, a reflexão feita neste artigo buscou trazer à tona o difícil acesso à moradia. Longe de ser abordado como um problema circunstancial, a alienação da moradia vai sendo revelada em seus diferentes níveis e dimensões, que vão desde o processo histórico de periferização das classes trabalhadoras nas cidades, até a exacerbação da presença de famílias e crianças vivendo na rua das metrópoles. Há peculiaridades nesta crise da moradia, e a inserção da mercadoria da moradia na dinâmica financeira, incluindo o endividamento das famílias é apenas uma delas. Reconhecendo novas dinâmicas e demandas presentes nos sujeitos migrantes, encontramos movimentos similares nas pautas das ocupações, nos possibilitando reunir elementos que conformam a produção de outros sentidos para uma cidade, de direitos possíveis e de demandas radicais. Acompanhar e registrar estes elementos perfazem importante etapa para inventariarmos as possibilidades presentes na nossa sociedade, sem nos distanciarmos das contradições inúmeras.

Notas

¹ “Acordo sobre Residência do Mercosul e Países Associados”4. Decreto 6.975 de 07 de outubro de 2009. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6975.htm, acesso em 09/10/2017.

² É possível checar os estabelecimentos a partir do Ministério do Trabalho, no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo, (Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016). Para estas considerações utilizamos a atualização de Atualização periódica de 6/10/2017.

³ “Relatório Anual 2016, A Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro”, pág.37, OBMigra, <http://obmigra.mte.gov.br/index.php/relatorio-anual>, último acesso em 06/10/2017.

⁴ De forma muito apressada trazemos um pouco do que nos apresenta José de Souza Martins, no cativo da Terra (Martins, 1986, p. 157).

⁵ Ampla literatura vem revelando a importância do comum, como Elinor Ostrom (2000), por exemplo. Focamos aqui na espoliação contida no cercamento do comum. Em primeiro lugar, podemos compreender que este é um processo que não se iniciou e se encerrou nos clássicos cercamentos dos campos ingleses. Sobre a reposição contínua desta forma como estratégia de acumulação, David Harvey (2004) nos apresenta o termo espoliação em algumas de suas obras, dentre eles, O fim do imperialismo, com tradução para o português.

⁶ Para nos aproximarmos da relação entre as mulheres, o comum e uma análise mais ampla dos processos de cercamento, Sílvia Federici (2017) nos convida a olhar para a “caça às bruxas” como um momento importante da acumulação capitalista, separando as mulheres de seus territórios de saber e de enfrentamento, de forma associada aos processos de colonização.

⁷ Pesquisa de doutoramento da autora, realizada junto ao Departamento de Geografia da USP, com foco na metrópole de São Paulo, e que atualmente se desenvolve junto à UFF, reunindo dados sobre a metrópole do Rio de Janeiro.

⁸ Tradução livre da autora.

⁹ Tratamos aqui de Henri Lefebvre (1974), que em mais de uma obra sua nos fez compreender o plano da vida cotidiana como um plano de desvendamento e transformação. Conexões entre A Vida Cotidiana no mundo moderno. A produção do espaço e Elementos de Ritmanálise perfazem caminhos de desvendamento do tema que tratamos aqui.

¹⁰ Para J. S. Martins, em “A sociabilidade do homem simples”, esta consciência dupla, resultante do inacabado, de uma modernidade que não se completa, muitas vezes se revela mais na literatura do que nas Ciências Sociais. E na travessia, no inacabado, citando Guimarães Rosa, o autor aponta que “é na travessia, na passagem, no inacabado e inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso” (MARTINS, 2000, p.25).

¹¹ Durante a apresentação desta pesquisa, por ocasião da comemoração dos 30 anos da Revista Travessia, tive a oportunidade de conhecer Diana Thomaz, que vem pesquisando a presença dos refugiados nas ocupações, realizando trabalhos de campo.

¹² Vale lembrar que muitas cidades ao redor do mundo promoveram reformas urbanas e fizeram uma dura revisão acerca dos conjuntos habitacionais periféricos. Alguns dos pontos mais importantes destas reformas apresentavam exatamente o que as ocupações ainda demandam aqui no Brasil: presença de habitação popular em áreas centrais, diversidade de uso, promoção de diversidade de renda em grupos de habitações, evitando a periferização e a segregação.

Referências

- BÓGUS, L., FABIANO, M. L.. O Brasil como destino das migrações internacionais: novas relações, possibilidades e desafios. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n.18, p.126-145, jul-dez/2015,
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Relatório Anual 2015. **Cadernos OBMigra**, Brasília, v. 1, nº2, p.1-174, 2015.
- _____. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro - Relatório Anual 2017**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.
- CHESNAIS, F. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- GOTHAM, K. F. Racialization and the State: The Housing Act of 1934 and the Creation of the Federal Housing Administration. **Sociological Perspectives**, Vol. 43, No. 2, pp. 291-317, 2000.
- GRIST – **Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto**. Disponível em: <www.territoriocultural.art.br/lugar/grist-grupo-de-refugiados-e-imigrantes-sem-teto/> acesso em 31/01/2018
- HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990. 466 p.
- _____. **Novo Imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2004.
- _____. **Ciudades rebeldes, del derecho de la ciudad a la revolución urbana**. Madrid, Ediciones Akai, 2013
- KOTHARI, M. **The Global Crisis of displacement and evictions: a housing and land rights perspective**. New York: Rosa Luxemburg Stiftung, 2015. Disponível em: <http://www.rosalux-nyc.org/wp-content/files_mf/kothari11.pdf> acesso em 14/01/2017
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Editions Anthropos, 1974.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. **Éléments de rythmanalyse - Introduction à la connaissance des rythmes**. Paris: Editions Syllepse, 1992.
- MADDEN, D., MARCUSE, P. **Defense of housing: the politics of crisis**. London, New York: Verso, 2016.
- MARTINS, F. E. S. **A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário em São Paulo**. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo, 2011.
- MARTINS, B.X. Do modelo crítico de expansão do setor imobiliário brasileiro ao programa Minha Casa Minha Vida. **Revista GEOgraphia**, v. 18, n. 36, 2016.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986..

- _____. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Editora: Hucitec, 2000.
- MARTINS, R. Ocupação Mauá: uma aula de resistência. **Carta Capital**, São Paulo, out. 2017. Seção Sociedade. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/974/ocupacao-maua-uma-aula-de-resistencia>> acesso em 31/01/2018.
- MARX, K. **O capital**. Tomo 1. São Paulo: Civilização Brasileira, 2014.
- OCUPAÇÃO SÃO JOÃO. **MSTRU**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Ocupação-São-João-MSTRU-490900594319238/>> acesso em 31/01/2018
- OSTROM, E. **El gobierno de los bienes comunes: la evolución de las instituciones de acción colectiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- PEREIRA, J. C. Apresentação. **Travessia**- revista do migrante. [Dossiê Refugiados]. São Paulo, . Ano XXIX, n. 79, jul-dez. 2016.
- STAVRIDES, S. **Hacia la ciudad de umbrales..** Madrid: Ediciones Akal, 2016
- WALKS, A. Mapping the urban debtscape: the geography of household debt in Canadian cities. **Urban Geography**, Vol. 34, nº. 2, pp. 153-187, abr. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/02723638.2013.778647>> acesso em 18/04/2017
- ZIBECCHI, R. **Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo**. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2012.?

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre a dificuldade de imigrantes e refugiados em conseguir moradia nas metrópoles de chegada. Para tanto, localizamos inicialmente o Brasil como destino nos processos migratórios recentes, ressaltando conteúdos presentes na migração Sul-Sul. Em seguida, identificamos o contexto mundial e brasileiro de transformação da moradia em uma mercadoria cada vez mais rara e cara. Conteúdos comuns, presentes nas duas situações, se revelam a partir da presença de refugiados e imigrantes junto aos movimentos de ocupação em prédios urbanos de São Paulo. Pesquisando as pautas de reivindicações surgidas neste cruzamento de olhares, passamos a identificar demandas e perspectivas que apontam para outro projeto de cidade e de sociedade.

Palavras-chave: Movimentos de ocupação. Moradia. Refugiados. Metrôpoles.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the difficulty of immigrants and refugees in obtaining housing in the arrival metropolises. Therefore, we initially locate Brazil as a destination in recent migratory processes, highlighting present content in South-South migration. Then, we identify the world and Brazilian context of transforming housing into an increasingly rare and expensive merchandise. Common contents, present in both situations, are revealed by the presence of refugees and immigrants along with the occupation movements in urban buildings in São Paulo. By looking at the patterns of claims that emerged in this intersection of glances, we began to identify demands and perspectives that point to another city and society project.

Keywords: Movements of occupation. Home. Refugees. Metropolis.